

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.514.399 - RS (2015/0033162-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECORRENTE** : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.  
**ADVOGADOS** : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO E OUTRO(S) - RS030019  
JANAINE LONGHI CASTALDELLO - RS083261  
**RECORRIDO** : CLOVIS CASTILHOS ABREU  
**ADVOGADO** : ALCEU DOMINGOS CARDOSO - RS041092

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto pelo BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. fundado no art. 105, III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, visando reformar acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

Na razões do nobre apelo, o recorrente discute: a) negativa de prestação jurisdicional; b) a possibilidade de capitalização mensal dos juros; e c) a cobrança de juros remuneratórios, juros de mora e multa em caso de mora do devedor.

É o relatório. Decido.

**Nulidade do acórdão recorrido:**

A violação do art. 535 do CPC não se efetivou na hipótese *sub examine*, uma vez que não se vislumbra omissão no aresto proferido pela Corte de origem que, com efeito, pronunciou-se acerca de todas as questões relevantes postas à sua apreciação.

É cediço que quando o julgador se manifesta de forma clara e suficiente sobre a matéria debatida nos autos, não cabe falar em nulidade do seu *decisum* somente porque contrário aos interesses da parte.

Assim, afasto a alegação de omissão do acórdão proferido pelo Tribunal Estadual.

**Capitalização dos juros:**

A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento, sob o rito dos recursos especiais repetitivos, do REsp n. 973.827/RS, vinculado ao Tema n. 246/STJ, firmou o entendimento acerca da capitalização mensal dos juros, nos termos do acórdão assim ementado:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE

JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC:

- "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."

- "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

(...)

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido. (Relator Ministro Luis Felipe Salomão, relator para o acórdão Ministra Maria Isabel Gallotti, Segunda Seção, DJe de 24/9/2012.)

Na espécie, o Tribunal de origem decidiu de acordo com essa orientação ao proibir a capitalização mensal dos juros em razão da ausência de demonstração da sua pactuação. Confira-se:

No caso em tela, não havendo previsão expressa de sua incidência, e tampouco tendo o apelante demonstrado concreta e efetivamente que o cálculo da taxa anual supera o da mensal, deve ser mantida a sentença que afastou sua incidência (fl. 128)

A reforma do acórdão, nesse particular, é inviável, visto que, para tanto, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusula contratual, o que é vedado pelas Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

### **Comissão de Permanência**

A Segunda Seção deste Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento acerca da comissão de permanência nos moldes do art. 543-C do

CPC/1973, ao apreciar o Tema n. 52, conforme acórdão assim ementado:

DIREITO COMERCIAL E BANCÁRIO. CONTRATOS BANCÁRIOS SUJEITOS AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. VALIDADE DA CLÁUSULA. VERBAS INTEGRANTES. DECOTE DOS EXCESSOS. PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. ARTIGOS 139 E 140 DO CÓDIGO CIVIL ALEMÃO. ARTIGO 170 DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO.

1. O princípio da boa-fé objetiva se aplica a todos os partícipes da relação obrigacional, inclusive daquela originada de relação de consumo. No que diz respeito ao devedor, a expectativa é a de que cumpra, no vencimento, a sua prestação.

2. Nos contratos bancários sujeitos ao Código de Defesa do Consumidor, é válida a cláusula que institui comissão de permanência para vigor após o vencimento da dívida.

3. A importância cobrada a título de comissão de permanência não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade da operação; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano; e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação, nos termos do art. 52, § 1º, do CDC.

4. Constatada abusividade dos encargos pactuados na cláusula de comissão de permanência, deverá o juiz decotá-los, preservando, tanto quanto possível, a vontade das partes manifestada na celebração do contrato, em homenagem ao princípio da conservação dos negócios jurídicos consagrado nos arts. 139 e 140 do Código Civil alemão e reproduzido no art. 170 do Código Civil brasileiro.

5. A decretação de nulidade de cláusula contratual é medida excepcional, somente adotada se impossível o seu aproveitamento.

6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp n. 1.058.114/RS e 1.063.343/RS, relator para o acórdão Ministro João Otávio de Noronha, DJe de 16/11/2010.)

A comissão de permanência abrange, na verdade, três encargos: os juros remuneratórios à taxa média de mercado, nunca superior àquela contratada para o empréstimo, os juros moratórios e a multa contratual (AgRg no REsp n. 986.508/RS, relator Ministro Ari Pargendler, DJe de 5/8/2008).

Consolidando esse entendimento, o STJ editou a Súmula n. 472, cujo teor é o seguinte: "A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios, e da multa contratual".

No caso, o aresto impugnado decidiu de acordo com esse entendimento (fl. 129).

Ante o exposto, **nego provimento ao recurso especial.**

Deixo de majorar os honorários advocatícios nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, tendo em vista que o recurso especial foi interposto contra acórdão publicado ainda na vigência do Código de Processo Civil de 1973.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

